

*Discurso na solenidade de celebração de convênio do Grupo Gerdau com a associação de apoio ao programa Comunidade Solidária, para capacitação de jovens em Porto Alegre*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE DEZEMBRO DE 1996**

*Senhora Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária; Senhor Ministro de Estado da Justiça; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente da Federação Nacional das Apaes, Deputado Eduardo Barbosa; Senhores Empresários que apóiam o programa, Dr. Jorge Gerdau, especialmente o Dr. Nelson Sirotsky; Senhor Presidente da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, Eduardo Carvalho Tess; Senhoras e Senhores;*

Mais uma vez, estamos mostrando aqui, de maneira simples, direta e prática, que os problemas, no Brasil, só serão enfrentados de forma efetiva se houver um conceito muito claro e uma motivação muito clara no sentido de uma parceria que envolva o Governo, certamente, mas que se desdobre na sociedade através da ação dos empresários e, também, através da possibilidade de aproveitarmos as oportunidades que existem no mundo contemporâneo para financiamento mais adequado de alguns programas que têm impacto social e não serão diretamente coordenados pelo Governo. Isso é que é o novo, a forma pela qual estamos atuando nessa área.

Eu me recordo de que, no início do Governo, muita tinta foi deramada sobre o Programa Comunidade Solidária e até imaginavam que ele fosse ter recursos orçamentários, que fosse um instrumento para ação política. As pessoas costumam a sair do passado, algumas até gostam de ficar no passado; então, repetem o que não é verdadeiro para que se dê a impressão de que continuamos prolongando uma situação que, hoje, é inaceitável no Brasil. Não é nada disso. O Programa Comunidade Solidária não tem dinheiro do orçamento. Nenhum. Apenas existe a Secretaria Executiva, que – isto, sim – é parte do Governo e, como parte do Governo, acelera os mecanismos dentro do Estado, dentro do Governo, da Administração, para que programas considerados essenciais pelo seu impacto social não venham a sofrer cortes e tenham maior presteza no atendimento de seus objetivos.

Por outro lado, existe o Conselho da Comunidade Solidária – alguns conselheiros estão aqui. Existe uma associação de apoio ao Comunidade Solidária, que é de fora do Governo e que busca, então – aí, sim –, recursos da própria sociedade para que possamos alcançar os mesmos objetivos de uma integração social mais eficaz.

Pouco a pouco, as pessoas vão entendendo que os tempos são outros, os tempos são novos, efetivamente, e creio no exemplo desse acordo feito, agora, entre a Fundação Sirotsky e os empresários capitaneados pelo Dr. Gerdau, para que possamos levar adiante este que é um programa do Conselho da Comunidade Solidária. O Rio Grande do Sul é um exemplo muito claro disso, onde o programa já está sendo desenvolvido em várias cidades – e, como a Ruth disse, o importante é que foi avaliado.

Vou repetir o que tenho dito ultimamente, aqui, que é o seguinte: nós estamos passando de uma fase, no Brasil, em que tudo era quantidade para uma outra fase em que a qualidade passa a ter importância. Até há pouco tempo, nós não tínhamos dinheiro para nada. Casa popular, impossível fazer, porque a Caixa Econômica estava quebrada. Por quê? Porque havia clientelismo e, também, uma ligação não sadia de alguns setores empresariais com alguns setores do Estado. Grandes empréstimos, grandes conjuntos que não funciona-

vam. Muitas vezes, as empresas quebravam e não pagavam à Caixa, e os governos, nos programas de saneamento, faziam a mesma coisa: não pagavam à Caixa.

Há três anos, quando o Presidente Itamar estava no Governo, o Ministro Clóvis era Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e eu era Ministro, nós impusemos uma regra dura, com o apoio do Senado: todos os governadores e prefeitos têm que pagar; se não pagarem, vamos reter, como retivemos, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Recentemente, tentaram mudar a alíquota, mas não concordei. Por quê? Porque isso é fundamental para que a Caixa Econômica tenha recursos e para que ela possa voltar à sua destinação, aí, sim, social, sem demagogia, aí, sim, porque vai fazer o saneamento e a habitação de maneira direta.

Pois bem. Hoje, nós precisamos de capacidade de utilizar o recurso já existente – problema novo no Brasil. Nós, hoje, começamos a precisar de gerenciamento, de capacidade efetiva de fazer com que os programas desenhados sejam realizados em benefício de quem precisa, e não em benefício de quem sempre se aproveitou do Estado. Nós estamos desprivatizando o Estado, essa é a verdade. Estamos utilizando sem a intermediação privada direta os recursos que são do povo, que estão no Estado para fins públicos. A intermediação privada que queremos é essa, nova, em que há um aporte, aporte independente, em que os empresários entram aqui e não tiram proveito nenhum para eles, mas para o Brasil e, nesse sentido, indiretamente, para todos nós. É outra maneira de nos relacionarmos com o empresariado e com a sociedade.

Pois bem, isso, agora, precisa de avaliação. Nós precisamos saber: o dinheiro que se põe no social, para que serve mesmo? Muito frequentemente, vejo nas avaliações, leio na imprensa: “Está gastando menos dinheiro em” – como se chama? – “merenda escolar.” Isso é uma vantagem, não é desvantagem. Por quê? Porque se está fazendo a mesma coisa com menos recursos. Se for verdade o que estou dizendo, é uma grande vantagem. Temos que começar a avaliar o que,

fisicamente, foi entregue à sociedade; depois, qual a qualidade do que foi entregue. Era necessário fazer aquilo? Não adianta mais julgar o orçamento e comparar o orçamento com o executado. Não. Temos que mudar de ótica para cobrar do Governo desempenho mais eficaz, melhor qualidade, e não apenas “falta dinheiro”. Isso é conversa antiga. Ainda falta, mas não basta dizer que falta dinheiro, porque a gente põe o dinheiro, e o dinheiro não chega aonde tem que chegar. Então, vamos ter de mudar, também, a mentalidade.

Pois bem, nesse esforço, como ainda faltam recursos e nós acreditamos que é preciso, crescentemente, apelar para os recursos próprios da sociedade – os recursos a que me refiro não são dinheiro; são também talento, organização, dedicação, vocação para resolver problemas –, há essa portaria do Ministro da Justiça pela qual vamos viabilizar, sem nenhum exagero, provavelmente ao redor de 100 milhões de reais por ano, não para o Governo, mas para as próprias organizações não-governamentais que se qualificarem no Ministério da Justiça para terem isenção, por serem consideradas de utilidade pública na Secretaria da Previdência Social; para que possamos mostrar que elas são efetivas – e, se tiverem o timbre do Comunidade Solidária, melhor ainda –, para que passem, efetivamente, a ser, então, prestadoras de serviços. E vamos utilizar recursos que até hoje eram, digamos assim, utilizados para outros fins.

Não havia nenhuma ligação que permitisse a cooperação dos setores de sorteio para fins sociais e culturais. Um por cento dos recursos deverá ser destinado ao Ministério da Cultura e, eventualmente, à questão do menor, enfim, a programas que têm o apoio da sociedade, que passam a ser financiados sem imposto, mas de maneira que regulamente mais eficazmente a manipulação de certos recursos que existem à disposição da sociedade.

Então, é isso que estamos fazendo, não tem nada de extraordinário, mas acho que é importante insistir em que estamos empenhados não só em ter mais recursos, mas em utilizá-los melhor e fazer com que os recursos do Estado sejam públicos, e a sociedade, quando participe, possa ter a certeza de que estão participando também o

empresariado, os sindicatos, as estatais e quem seja; e que estejam participando efetivamente em programas que não são clientelistas, mas que visam resolver problemas efetivos do País. Eu acho que esses são os novos tempos.

Muito obrigado aos senhores.

